
RESENHA

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Marianne Pereira de Souza*

REAL, Giselle Cristina Martins. *Impactos da Avaliação da Educação Superior*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 224 p.

Impactos da Avaliação da Educação Superior, escrito por Giselle Cristina Martins Real, apresenta os resultados da pesquisa de doutoramento realizada pela autora com o objetivo de analisar as iniciativas de avaliação da educação superior implantadas pelo governo federal, no período de 1995 a 2002, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, tendo Paulo Renato de Souza a frente do Ministério da Educação (MEC), e identificar eventuais impactos que vem sendo gerados por essas iniciativas no âmbito das instituições do estado de Mato Grosso do Sul.

O livro está dividido em três capítulos nos quais são explicitadas as noções de qualidade dominantes na avaliação da educação superior no Brasil, desempenhada com destaque nos cursos de graduação e, ainda, são problematizados os limites da prevalência do marco regulatório que tem assumido a avaliação. Para tanto, foram utilizados dados estatísticos oficiais, resultados do Exame Nacional de Cursos e pareceres de comissões de avaliação.

Real, ao discutir a relação entre qualidade e avaliação na educação superior, traça a retrospectiva histórica do processo de avaliação dos cursos superiores no Brasil, compreendida em três períodos principais, a partir da reforma universitária de 1968. Destaca-se que os governos anunciam entre suas metas fundamentais a expansão do ensino com qualidade, que deverá ser adquirida por meio da avaliação. A questão da qualidade na educação, conseqüentemente, está presente em diversos instrumentos legais brasileiros e é destaque na Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988.

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados. Contato: marianne-souza@hotmail.com.

As diferentes concepções da literatura sobre a qualidade para o ensino superior consideram que a não-qualidade estaria relacionada a temas diversos e que representam as tensões no campo do ensino superior, dentre os quais: expansão de cursos, vagas e instituições, diversificação institucional, massificação, comercialização, e financiamento.

No regime militar, a qualidade aparece como controle da quantidade, a partir da configuração da expansão e da massificação do ensino superior. Por outro lado, entre 1985 e 1995, a partir da Nova República e considerando a expansão do ensino privado ocorrida na gestão militar, a qualidade surge na discussão entre o público e o privado e a sistemática de avaliação, que inicialmente aparece apoiada na análise institucional, se desloca para a análise de cursos.

O período de 1995 a 2002, foco dos estudos em questão, foi marcado por um amplo processo de regulamentação, por meio de documentos oficiais, da avaliação referente ao sistema federal de ensino superior, sendo que o Exame Nacional de Cursos (instituído pelo MEC) passou a ser o principal instrumento de avaliação desse nível de ensino, uma vez que a ênfase das políticas passa a ser a avaliação de cursos. Além disso, o período foi marcado pela privatização do ensino superior, transformando o sistema federal de ensino superior por meio do processo de massificação e privatização do ensino.

Os dados apresentados indicam uma ruptura com a concepção de qualidade pretendida nos períodos anteriores, uma vez que nesse período a expansão é induzida a partir da concepção de qualidade construída, que desassocia a quantidade como condição para a qualidade. O Estado Avaliador brasileiro atua em contraposição ao modelo de Estado provedor e financiador da educação, preocupado com o controle do processo educacional, se esquivando do seu papel financiador e responsabilizando as instituições pela eficiência e qualidade do ensino que oferecem.

Ao examinar a implementação da política de avaliação e o processo de construção da qualidade da educação superior no Brasil, a autora chama a atenção para os nexos e os impactos que a política de avaliação imprimiu as instituições de ensino superior na concretização de sua qualidade. Para isso, descreve os mecanismos utilizados pelo MEC, nos anos de 1995 a 2002, durante a implantação da sistemática de avaliação adotada e discute a qualidade como um problema teórico e político-administrativo. Conclui que a administração política no Brasil, ao buscar a melhoria da qualidade no ensino superior, optou por conceber a avaliação em seus aspectos formais e técnicos, com foco central na dimensão formal ou acadêmica e individual em detrimento das dimensões

políticas e coletivas, por meio de dois instrumentos principais: o monitoramento dos insumos e a avaliação do rendimento dos alunos.

Conforme expõe Real, a avaliação emerge como forma de controle da gestão administrativa, com a finalidade de mantê-la descentralizada e desburocratizada, e como instrumento central para o controle institucional. A concepção de qualidade que permeia a política de avaliação do período, concebida pela ótica do mercado, tem o foco na quantificação, visualizada a partir de indicadores que consideram as condições iniciais de oferta dos cursos, imprimindo entre as instituições a competição como mecanismo de melhoria da qualidade. Deste modo, a junção da autonomia com o controle dá origem à “autonomia avaliada”, que prevaleceu no âmbito das ações governamentais.

No último capítulo do livro são apontados os impactos da sistemática de avaliação descrita acima em instituições de ensino superior do estado de Mato Grosso do Sul. Ratificando o que ocorreu no contexto nacional, houve no referido estado a expansão de instituições, de cursos e de vagas, maiormente das instituições privadas. No entanto, as instituições públicas serviram como referencial de qualidade para a política de ensino superior, induzindo as instituições privadas a apreenderem um mínimo desejável de qualidade, sobretudo nas instalações, regime de trabalho e titulação do corpo docente. Ressalta-se que, para atingir avaliações positivas, essas instituições enfatizam a qualidade formal em detrimento da qualidade real, suscitando outros questionamentos acerca do conceito de qualidade.

Essa articulação entre a regulação e a avaliação serviu como estratégia de indução a qualidade pretendida pelas políticas públicas, possibilitando, de forma fragmentada, impactos iniciais positivos no período de 1995 a 2002. Entretanto, vale mencionar que esses impactos não acabaram com o desafio de garantia do acesso ao ensino com qualidade, que se mantém nas políticas públicas atuais.

A partir dos estudos delineados pela autora, é possível afirmar que a melhoria da qualidade tem justificado as reformas educacionais, que estabelecem a avaliação como um instrumento capaz de gerar a expansão, concebida por um viés controlador e indutor de ações e resultados. Assim, seu livro representa importante contribuição para a compreensão das políticas do Estado avaliador brasileiro, especificamente das instituições de ensino superior de Mato Grosso do Sul.